

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 21 de outubro de 2026 • Nº 2408 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

O nosso verdadeiro senhor e libertador

PÁGINA 5

44 ALDEIAS

AM: Justiça eleitoral nega transporte a indígenas

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) negou o pedido da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) para organizar o transporte de eleitores de 44 aldeias no segundo turno das eleições 2026. A decisão, da juíza da 42ª Zona Eleitoral, Dálet-he Borges Messias, "reconhece a legitimidade da entidade para representar as comunidades e a importância do direito ao transporte para garantir a participação indígena nas eleições". No entanto, ela destaca três impedimentos para atender à solicitação: "o encerramento dos prazos legais de planejamento, a ausência de dotação orçamentária específica, fora do prazo orçamentário e a inviabilidade logística da operação". **PÁGINA 6**

ASSASSINATO

Secretário de Queimados é morto em ação da PM

O secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Queimados, na Baixada Fluminense, Jefferson Dias da Silva, morreu na noite desta segunda-feira baleado durante uma abordagem da Polícia Militar. O carro onde ele estava foi alvo de tiros disparados por policiais. A PM se limitou a dizer que os policiais militares “tentaram abordar um veículo na Avenida Brasil, na pista sentido zona oeste, na altura de Bonsucesso, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro”. O governador em exercício do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, determinou o afastamento dos policiais militares envolvidos na abordagem. **PÁGINA 5**

UE

Noruega: Brasil fixa cotas para exportar com tarifas reduzidas

O Brasil definiu as regras para empresas que desejam exportar produtos à Noruega com benefícios tarifários previstos no acordo comercial entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). A regulamentação foi publicada pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e os benefícios começam a

valer em 1º de novembro de 2026. A medida estabelece como os exportadores brasileiros poderão acessar as cotas tarifárias negociadas para o mercado norueguês. O mecanismo permite que determinados volumes de produtos sejam comercializados com tarifas reduzidas ou outras condições preferenciais, conforme as regras estabelecidas no acordo. **PÁGINA 2**

FALASTRÃO



TOMAZ SILVA/ABRASIL

Itamaraty acusa Milei de tentar interferir na eleição no Brasil

O Palácio Itamaraty emitiu nota de repúdio, nesta terça-feira, em relação às novas ofensas do presidente da Argentina, Javier Milei, contra o presidente Lula e por ter insinuado fraude nas eleições. O líder do país vizinho usou suas redes sociais para atacar o presidente brasileiro e candidato à reeleição e chegou a insinuar fraude nas eleições, cujo 2º turno será no próximo domingo. Milei é aliado declarado da família Bolsonaro. "As ofensas de hoje do Presidente da República Argentina ao Brasil, desta vez dirigidas ao Poder Judiciário e ao sistema de voto eletrônico, constituem nova e inaceitável tentativa de ingerência externa no processo democrático brasileiro", afirmou a pasta das Relações Exteriores. **PÁGINA 7**

MEIO AMBIENTE

Queda de desmatamento no Brasil gera R\$ 1,16 tri à economia global



GREENPEACE

A redução do desmatamento na Amazônia brasileira e no Cerrado desde 2023 pode ter rendido ganhos de cerca de R\$ 1,16 trilhão para a economia mundial. Desse total, até R\$ 192 bilhões corresponderiam a danos climáticos evitados para a própria economia brasileira. A constatação faz parte de um estudo do economista Bráulio Borges, publicado esta semana pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), um think tank (centro de estudos) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para chegar à conclusão, o especialista comparou o desmatamento dos dois biomas no período de 2019 a 2022 e os comparou com os de 2023 a 2026. **PÁGINA 7**

2025

TCU aprova contas do BC com fim da ‘trava’ Master

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou regulares as contas do Banco Central do Brasil (BC) referentes ao exercício de 2025 e concedeu quitação plena aos nove responsáveis listados no processo, entre eles o presidente da autarquia, Gabriel Galípolo. A decisão foi tomada ontem, pela 2ª Câmara da Corte, sob relatoria do ministro Jorge Oliveira. O julgamento ocorreu após os ministros levantarem o sobrestamento (suspensão temporária) do processo, determinado na última sessão da 2ª Câmara a pedido do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU). A justificativa veio de "potenciais repercussões dos fatos apurados sobre o mérito da gestão em exame". **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA (0,54%) / 205.430,33 / 1.106,07 / Volume: 84.266.876.635 / Negócios: 4.833.948										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	1,57% (set.)	EURO turismo	
Mais Negociados										Fechamento		Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,82% (set.)	Compra 5,7549	Venda: 5,9349
Preço			%	Oscil.	Preço			%	Oscil.	Preço		%	Oscil.	Preço		%	Oscil.
MGLU3	11,11	+6,93	+0,72		PSVM11	14,00	+32,08	+3,40		PDGR3F	0,26	-72,63	-0,69	Dow Jones	52.002,41	-0,34	
PETRA	59,68	+4,04	+2,32		FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02		PDGR3	0,25	-72,22	-0,65	S&P 500	7.659,44	-1,09	
COGN3	2,89	-0,34	-0,01		AZEV3	12,55	+15,14	+1,65		VIVR3	3,77	-24,30	-1,21	US Tech 100	28.320	-2,75	
BBAS3	23,63	-0,55	-0,13		AZEV3F	12,51	+14,56	+1,59		FSPE11F	0,24	-17,24	-0,05	Euronext 100	1.875,17	+0,67	
SBSP3	32,20	+1,04	+0,33		MNDL3F	18,21	+11,72	+1,91		VIVR3F	4,07	-16,94	-0,83	CAC 40	7.956,7	+0,28	
										FTSE 100	10.881,9	+0,38					
													TR	(17/10)	0,1687%	BM&F/grama/RJ	R\$ 672,24
													Poupança	(17/10)	0,6695%	EURO Comercial	Compra: 5,0722
																Venda: 5,0728	
																Dólar turismo	Compra: 5,0926
																Venda: 5,2726	

Economia

MERCADOS



Bolsa tem 2ª melhor marca após 1º turno com alívio externo

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou no maior nível desde o dia 9 de outubro, quando bateu recorde histórico.

Como destaque, a queda do petróleo levou ao entendimento de inflação menor e deu espaço para que as ações mais sensíveis a juros liderem os ganhos, com Magazine Luiza (14,79%) e Vamos (8,32%). Entre as blue chips, bancos subiram entre BB ON (1,04%) e Unit do BTG Pactual (4,36%), também pela tese de que o afrouxamento monetário futuro deve ajudar a diminuir a inadimplência e, com isso, favorecer os balanços do setor.

Após máxima aos 208.941,57 pontos (+1,88%) à tarde, o Ibovespa moderou os ganhos e fechou com alta de 1,57%, aos 208.295,98 pontos, e giro financeiro de R\$ 29,1 bilhões.

O pano de fundo externo também propiciou o apetite por risco. O Brent para dezembro fechou em baixa de 0,69%,

a US\$ 108,79 por barril, com relatos de avanço em um acordo entre Estados Unidos e Irã para encerrar a guerra no Oriente Médio.

Apesar da commodity, Petrobras conseguiu retomar fôlego no fim da sessão e subiu 0,48% (ON) e 0,36% (PN), enquanto Vale recuou 1,39% por conta do minério de ferro no vermelho.

DÓLAR

A desvalorização global da moeda americana, em dia de apetite por risco no exterior, Em baixa desde a abertura, o dólar chegou a ensaiar romper o piso de R\$ 5,00 no início da tarde, quando registrou mínima de R\$ 5,0053, e terminou o dia em baixa de 0,58%, a R\$ 5,0189 - segundo menor valor de fechamento após o primeiro turno das eleições. O real figurou no grupo das cinco moedas mais líquidas com melhor desempenho no dia. A moeda americana recua 3,02% em outubro, o que leva as perdas no ano a 8,56%.

ANEEL

Despesa da CDE paga pelo consumidor é estimada em R\$ 47,8 bi

RENAN MONTEIRO/AE

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calculou em R\$ 55,1 bilhões as despesas brutas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em 2027, no primeiro ano de vigência do "teto" sancionado pelo governo federal em 2025. Em 2026, o montante é de R\$ 52,6 bilhões.

Após a aplicação do limite e ajustes financeiros previstos, a proposta apresentada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para 2027 é de R\$ 47,842 bilhões - valor custeado pelos consumidores nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

O valor representa crescimento de aproximadamente 0,1%, ou R\$ 49 milhões, em relação ao montante de R\$ 47,793 bilhões consideradas para 2026. Os técnicos falam em "relativa estabilidade". Os valores acima do teto serão pagos pelos beneficiários dos subsídios, aqueles responsáveis pela ultrapassagem do limitador.

Isso será viabilizado pelo chamado Encargo de Complemento de Recursos (ECR), que será pago apenas pelos agentes responsáveis pelo crescimento das despesas acima do limite fixado. Para 2027, primeiro exercício de aplicação do novo regime legal, a comparação entre as despesas previstas e os respectivos limites resultou em ECR total de R\$

6,369 bilhões.

Para as chamadas fontes incentivadas (que recebem descontos nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição), a despesa prevista é de R\$ 18,8 bilhões, mas o limite é de R\$ 16,8 bilhões. Ou seja, R\$ 1,9 bilhão ficou acima do teto, ou 10,3%. Para os subsídios Micro e Mineração Distribuída (MMGD), a despesa estimada é de R\$ 8,455 bilhões, diante de limite de R\$ 4,028 bilhões. Cerca de 52,4% acima do limitador.

Os custos unitários da CDE devem ser aumentados em 7,3% no Norte e Nordeste e reduzidos em 3,8% no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em razão do critério de rateio das cotas anuais da CDE, o impacto tarifário esperado é diferenciado por região e por nível de tensão. Para a baixa tensão, o impacto é estimado em alta de 0,77% no Norte e Nordeste e queda de 0,62% no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A Conta de Desenvolvimento Energético, instituída em lei de 2002, é um fundo setorial destinado ao custeio de políticas públicas do setor elétrico. Uma lei de 2025 instituiu o limite, deixando de fora as despesas destinadas à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), Tarifa Social, Programa Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, subsídios de irrigação e subvenções de cooperativas e pequenas distribuidoras.

UE

Noruega: Brasil fixa cotas para exportar com tarifas reduzidas

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil definiu as regras para empresas que desejam exportar produtos à Noruega com benefícios tarifários previstos no acordo comercial entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

A regulamentação foi publicada pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e os benefícios começam a valer em 1º de novembro de 2026.

A medida estabelece como os exportadores brasileiros poderão acessar as cotas tarifárias negociadas para o mercado norueguês. O mecanismo permite que determinados volumes de produtos sejam comercializados com tarifas reduzidas ou outras condições preferenciais, conforme as regras estabelecidas no acordo.

Entre os produtos contemplados estão carne, mel, milho, maçãs e outros itens agrícolas e pecuários.

PRODUTOS

As cotas tarifárias estabelecem limites de quantidade para a exportação de determinados produtos com condições comerciais preferenciais. Na prática, as empresas podem obter vantagens no pagamento de tarifas de importação no país de destino, desde que cumpram os requisitos previstos.

A regulamentação brasileira abrange as exportações dos se-

guintes produtos para a Noruega:

- Carne bovina;
- Carne de aves e suas preparações;
- Mel natural;
- Batatas e maçãs frescas;
- Trigo duro e milho;
- Melaço de cana;
- Suco de maçã;
- Farinha de soja;
- Cavalos vivos.

O acesso aos benefícios depende da disponibilidade de saldo nas cotas e do cumprimento dos procedimentos exigidos pela Secex.

COMO PEDIR

Os pedidos serão realizados digitalmente pelo Portal Único Siscomex, sistema utilizado pelo governo federal para administrar operações de comércio exterior.

O procedimento seguirá a ordem de apresentação dos pedidos. Isso porque, em 2026, não haverá distribuição prévia entre os países do Mercosul dos volumes negociados para as cotas de exportação.

O processo funciona da seguinte forma:

- Pedido de licença: a empresa exportadora registra o pedido no módulo "Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO)" do Siscomex.
- Verificação do saldo: a Secex confere se ainda há quantidade disponível na cota pedida.
- Reserva da quantidade: se houver saldo, o volume correspondente é reservado e a licença é aprovada.

- Realização da exportação: a empresa tem até 60 dias para efetivar a operação, vinculando a licença à Declaração Única de Exportação (DUE).
- Emissão do certificado: após o desembaraço aduaneiro da carga, é emitido o Certificado de Autorização de Cotas Mercosul, documento que permite pedir a aplicação do benefício tarifário no mercado norueguês.

Se a licença não for vinculada à DUE no prazo estabelecido ou for cancelada pelo exportador, o certificado será anulado e a quantidade reservada voltará ao saldo disponível para outras empresas.

O QUE É O ACORDO

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a EFTA foi assinado em 2025, no Rio de Janeiro, e promulgado pelo Brasil, em setembro deste ano.

A EFTA é um bloco europeu formado por quatro países: Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein.

O objetivo do acordo é reduzir barreiras comerciais e ampliar o acesso de produtos e serviços aos mercados participantes, criando condições mais favoráveis para as trocas internacionais.

A aplicação do acordo, porém, ocorre conforme os procedimentos concluídos por cada país. Para o Brasil, as regras comerciais entraram em vigor com a Islândia em 1º de outubro de 2026 e começam a valer com a Noruega em 1º de novembro.

Suíça e Liechtenstein ainda não concluíram as etapas nacionais necessárias para a aplicação do instrumento. Além disso, segundo o MDIC, a Islândia não abriu cotas para exportações do Mercosul. Por isso, a regulamentação publicada agora trata especificamente das cotas destinadas à Noruega.

IMPACTO NO COMÉRCIO

O acordo prevê uma ampla redução de tarifas entre os países participantes, embora os benefícios variem conforme o produto e o mercado.

De acordo com os dados divulgados pelo governo brasileiro, a EFTA eliminará, na entrada em vigor do acordo, 100% das tarifas de importação aplicadas aos setores industrial e pesqueiro.

Segundo o MDIC, considerando os setores agrícola e industrial, os percentuais do valor das exportações brasileiras incluídos no regime de livre comércio serão:

- Islândia: 100%;
- Liechtenstein: 100%;
- Noruega: 99,8%;
- Suíça: 97,7%.

Do lado brasileiro, aproximadamente 97% do comércio com a EFTA será liberalizado em regime de livre comércio. Outros 1,2% terão redução parcial de tarifas, incluindo mecanismos como cotas tarifárias e preferências fixas.

Para produtos sujeitos à redução gradual de tarifas, os prazos variam conforme as condições negociadas, podendo chegar a 15 anos.

PLANEJAMENTO

Moretti: metas fiscais foram cumpridas com ajuste de quase 2% do PIB

FLÁVIA SAID
E FRANCO DANTAS/AE

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou em entrevista ao SBT News que há uma preocupação do atual governo de que o ajuste fiscal proposto pela campanha do adversário, Flávio Bolsonaro (PL), seja feito "nas costas da população que mais precisa do Estado brasileiro".

"Nossa proposta de ajuste é outra. Nossa proposta é combinar as prioridades da população, os serviços públicos que a

população demanda, o Desen-

rola para resolver o problema do endividamento, o apoio aos microempreendedores individuais, com a responsabilidade fiscal", sustentou Moretti. "Nosso processo é de equilíbrio, de combinação dessas duas dimensões social e fiscal. Muito me preocupa e acho que uma certa euforia de parte do mercado em relação à campanha do adversário tem a ver com a perspectiva de um corte generalizado em programas sociais afetando a vida da nossa população",

prosseguiu.

O titular do Planejamento lembrou que as metas de resultado primário traçadas por essa gestão foram cumpridas, apesar de dúvidas do mercado, com um processo de ajuste de quase 2% do PIB neste mandato e projeção de mais 2% do PIB em um eventual novo mandato. E disse que o ajuste proposto pelo adversário não se faz sem cortes profundos em despesas discricionárias, como o programa Farmácia Popular, o Gás do Povo e investimentos do PAC, e em

despesas obrigatórias, como aposentadorias e pensões.

"E essa ordem de grandeza de R\$ 200 bilhões, sobretudo se você for fazer em um exercício, só se chega quando você não garante a valorização real do salário mínimo, quando você não garante recursos para programas sociais importantes", afirmou. E disse que essa foi a realidade encontrada para o Orçamento proposto pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para 2023. "Não havia recursos para pagar o Bolsa Família", exemplificou.

PETROLEIOS

FUP cobra agilidade da Petrobras com fim da 6x1 e igualdade para terceirizados

DENISE LUNA/AE

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) cobrou ontem agilidade da Petrobras na transição para a escala 5x2, depois da sanção do fim da escala 6x1. A iniciativa ocorre num contexto em que muitos trabalhadores cumprem 44 horas semanais, enquanto a nova referência passa a ser de 40 horas. A estatal montou um gru-

po de trabalho para definir o novo modelo, conforme antecipou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Para a FUP, a mudança de regra é um avanço que precisa resultar em alterações efetivas e a ação da estatal é fundamental para evitar que a reorganização das atividades vire barreira ao novo modelo. A nova regra prevê dois dias de descanso sema-

nal e exige negociação em regime diferenciados. Uma das tarefas do grupo de trabalho da empresa será definir como as medidas serão aplicadas aos diferentes contratos e jornadas.

Segundo a FUP, a atenção deve se concentrar nos prestadores de serviço, contratados por centenas de empresas e alocados em áreas distintas, de plataformas marítimas a refinarias,

com jornadas variadas.

Entre os cerca de 50 mil empregados próprios da Petrobras, o regime administrativo já adota 40 horas semanais e, nas áreas operacionais, as escalas são definidas em acordos coletivos. A federação defende que a redução da jornada e a ampliação do descanso também alcancem os terceirizados, considerados essenciais para a operação.

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

2025

TCU aprova contas do BC após retirar trava ligada ao Master

JOÃO CAIRES E
RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou regulares as contas do Banco Central do Brasil (BC) referentes ao exercício de 2025 e concedeu quitação plena aos nove responsáveis listados no processo, entre eles o presidente da autarquia, Gabriel Galípolo. A decisão foi tomada ontem, pela 2ª Câmara da Corte, sob relatoria do ministro Jorge Oliveira.

O julgamento ocorreu após

os ministros levantarem o sobrestamento (suspensão temporária) do processo, determinado na última sessão da 2ª Câmara a pedido do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU). A justificativa veio de "potenciais repercussões dos fatos apurados sobre o mérito da gestão em exame". Os ministros do Tribunal, reunidos em sessão da 2ª Câmara, atenderam ao pedido do MPTCU.

Na ocasião, foi decidido suspender a análise das contas até o trânsito em julgado da deliberação sobre a atuação do BC no

processo que levou à liquidação extrajudicial do Banco Master.

No julgamento desta terça-feira, o TCU registrou que, embora o MPTCU tivesse suscitado uma questão examinada em outro processo, os elementos reunidos na prestação de contas não evidenciavam irregularidades capazes de comprometer sua regularidade. O órgão também apontou que a posição subsidiária do MPTCU convergiu com a avaliação da unidade técnica, favorável à aprovação das contas.

A 2ª Câmara é responsável

por julgar processos considerados de menor complexidade. A prestação de contas anuais do Banco Central do Brasil é referente ao exercício de 2025. A Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (Aud-Bancos) já havia avaliado regularidade das contas dos responsáveis, com quitação plena.

A análise sobre a atuação do BC no caso Master tramita em processo separado, relatado pelo ministro Jhonatan de Jesus, e ainda não tem data para votação no Plenário do TCU.

Nota

AVIAÇÃO DOMÉSTICA CRESCE 3,4% ATÉ SETEMBRO, COM 76,8 MILHÕES DE PASSAGEIROS, MOSTRA ANAC

O mercado de aviação brasileiro transportou 76,8 milhões de passageiros de janeiro a setembro de 2026, alta de 3,4% em relação ao mesmo período de 2025, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), compilados pelo Ministério do Turismo. Em setembro, a movimentação doméstica somou 8,5 milhões de passageiros, mantendo o patamar registrado no

mesmo mês do ano anterior. O mercado internacional teve expansão de 7,2% de janeiro a setembro, atingindo 22,7 milhões de passageiros. O segmento movimentou 2,3 milhões de passageiros, alta de 4% na comparação anual. Considerando os mercados doméstico e internacional, a movimentação aérea brasileira alcançou 99,5 milhões de passageiros de janeiro a setembro, crescimento de 4,2% em relação aos 95,5 milhões registrados no mesmo intervalo do ano passado.

RECEBIMENTO DE LICENÇA
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO NEO BANDEIRANTES inscrito no CNPJ sob o nº. 07.525.297/0001-58, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU/SUBCLA, através do processo nº EIS-PRO-2023/08077, Licença Ambiental Municipal de Operação nº 106/2026 para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Estrada dos Bandeirantes nº 8.427, Jacarepaguá – Rio de Janeiro.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA
CASA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA, CNPJ: 33.756.768/0001-49, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº 14/200.159/2008, a renovação da Licença Municipal de Operação para atividade hospitalar situada na Rua Jaguaruna, 105 – Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ, 23.080-160.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO Nº 208/2027

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem da **Pregão nº 208/2027** no dia 04/11/2026 às 09:00h. **Objeto:** Aquisição de Materiais Hospitalares para Hemodinâmica (pinça de biópsia miocárdica; cateter de extensão para auxiliar na entrega do stent/balão; fio guia floppy 0,009"; kit para aterectomia rotacional). Processo nº 33409.006840/2026-90. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.215/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o **EDITAL** de Licitação do **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, EXECUÇÃO COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, (01 ITEM)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.000239/2025-11. Abertura da sessão pública às 10h do dia 09/11/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO Nº: 2652/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026	Data de Abertura: 18/11/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO			
Objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos de informática para o atendimento da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.			
Valor estimado global R\$ 2.773.013,00 (Dois milhões, setecentos e setenta e três mil e treze reais).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR POR ITEM
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances R\$ 0,10 (Dez Centavos)			
Pregoeiro Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais: 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL E DE ÁGUAS MINERAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente Edital, ficam convocados todos os diretores do Conselho Fiscal desta entidade sindical, para **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se no dia 26/10/2026, na Rua Barão nº 776 – Praça Seca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro (**SEDE DO SINDICATO**), às 12hs, com qualquer quorum, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia:
a) Apresentação das planilhas trimestrais 2026
Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2026.
Washington Luiz Marcelino dos Santos
Presidente

CRITÉRIO CONSULTORES LTDA.
CNPJ: 06.319.383/0001-41
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ENTRE SÓCIOS
A administração da **CRITÉRIO CONSULTORES LTDA.** convoca seus sócios para Reunião de Sócios a ser realizada no dia 03 de novembro de 2026, na sede da Sociedade, localizada na Rua do Ovidor, nº. 60, Sala 1.314, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.040-030, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: exclusão, por justa causa, da sócia **MARIA RAQUEL LIRA DE ARRUDA**, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula Décima Quarta do Contrato Social, em razão de condutas que, segundo a administração, colocam em risco a continuidade da Sociedade, especialmente seu afastamento injustificado das atividades, ausência reiterada às reuniões de sócios e alteração de endereço sem comunicação à Sociedade. Fica assegurado à sócia **MARIA RAQUEL LIRA DE ARRUDA** o direito de comparecimento e de defesa na referida reunião.
Rio de Janeiro/RJ, 21 de outubro de 2026
CRITERIO CONSULTORES LTDA.
Administração

CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.020/2026

OBJETO: aquisição de materiais de manutenção predial para a Uned Valença do Cefet/RJ. **Nº DO PROCESSO:** 23063.001733/2026-70. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 21/10/2026, às 8h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 4/11/2026, às 10h, (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br), no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) e no site do Cefet/RJ, em <https://www.cefet-rj.br/index.php/licitacoes-e-contratos-valenca>. **Valença/RJ, 21 de outubro de 2026.**
Luiz Henrique Cirne de Souza – Pregoeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO Nº: 4536/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026	Data de Abertura: 10/11/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO			
Objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores de alto desempenho, visando à modernização do parque tecnológico, à otimização do processamento de dados complexos e à celeridade das atividades que demandam alta capacidade computacional.			
Valor estimado global R\$ 598.806,88 (Quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e seis reais e oitenta e oito centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR POR LOTE
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances R\$ 100,00 (Cem Reais)			
Pregoeiro Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais: 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO ALMIRANTE NEWTON BRAGA - CIANB
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão 69/2026, Número do processo: 63487.000928/2026-36, Objeto: Contratação de Instituição de Educação Superior (IES) para a prestação de serviço educacional de curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública, em nível de especialização, na modalidade de ensino presencial, para o Curso de Aperfeiçoamento Avançado de Intendência para Oficiais (C-ApA-IM).
Data de início de recebimento de propostas: 21/10/2026, 08h00.
Forma de apresentação: Eletrônica
Data de Abertura: 10/11/2026, 09:00
Endereço eletrônico do Edital: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO Nº: ARC-0401160002342026

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026	Data de Abertura: 09/11/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador		
Unidades Contratantes: Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e Fundo Municipal da Educação			
Objeto Aquisição de Dispositivos Móveis Portáteis (tablets e smartphones), para que os servidores municipais detenham de meios necessários para exercer suas atividades cotidianas.			
Valor estimado global R\$ 1.230.162,42 (Um milhão, duzentos e trinta mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta e dois centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	MENOR VALOR POR ITEM
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Não
Intervalo mínimo de diferença entre lances R\$ 10,00 (Dez Reais)			
Pregoeiro Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais: 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

RECREIO VEÍCULOS S/A
CNPJ: 39.531.199/0001-10 - NIRE: 33.3.0030495-9
ATA DA AGE DE 08/10/2026 EM RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA ATA DE AGE DA CIA. REALIZADA EM 17/08/2026, REGISTRADA NA JUCERJA EM 21/08/2026 SOB O N. 00007983789 (“AGE EMISSÃO”): I – HORA E LOCAL: As 09 horas, em ambiente virtual, conforme disposto no §3º, do art. 12, do Estatuto Social da Cia., através do programa GOOGLE MEET.
II – CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Dispensadas as formalidades de convocação, diante da presença dos representantes das acionistas detentoras da totalidade do capital social da Cia. (“Acionistas”), conforme art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”). **III – MESA:** Presidente: Maria Vitória do A. Braz; Secretária: Daniela Braz T. Mendes. **IV – ORDEM DO DIA:** (I) a retificação do item (I) da Ordem do Dia da AGE Emissão, para alteração do spread (sobretaxa) da remuneração das notas comerciais escriturais, em série única, da 1ª emissão da Cia. que passará **de “(I) a aprovação da realização da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da Cia. (“Notas Comerciais Escriturais”), com o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo, na data de emissão das Notas Comerciais Escriturais, conforme a ser prevista no Termo de Emissão (conforme abaixo definido) (“Data de Emissão”), o valor total de R\$ 10.000.000,00, representativos de 10.000 Notas Comerciais Escriturais (“Emissão”), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Lei nº 14.195, de 26/08/2021, conforme alterada (“Lei 14.195”), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais normas aplicáveis (“Oferta”). As Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 7 anos a contar da Data de Emissão, não serão atualizadas monetariamente, terão incidência de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 em seu informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread equivalente a 1,13% ao ano, base 252 Dias Úteis (“Remuneração”), além de contar com garantia fidejussória, na forma de aval, a ser prestado pelos Avalistas, e garantia real, na forma de alienação fiduciária de imóvel, a ser outorgada pela Alienante (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo). Todos os demais termos, prazos e condições serão acordados no “Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático da Recreio Veículos S.A.” a ser celebrado entre a Cia., os Avalistas (conforme a serem definido no Termo de Emissão) e a Vórtx Distribuidora de TVM Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Notas Comerciais Escriturais (“**Agente Fiduciário**” e “**Termo de Emissão**”, respectivamente);” **para “(I) a aprovação da realização da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da Cia. (“Notas Comerciais Escriturais”), com o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Valor Nominal Unitário”), perfazendo, na data de emissão das Notas Comerciais Escriturais, conforme a ser prevista no Termo de Emissão (conforme abaixo definido) (“Data de Emissão”), o valor total de R\$ 10.000.000,00, representativos de 10.000 (dez mil) Notas Comerciais Escriturais (“Emissão”), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Lei nº 14.195, de 26/08/2021, conforme alterada (“Lei 14.195”), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais normas aplicáveis (“Oferta”). As Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 7 anos a contar da Data de Emissão, não serão atualizadas monetariamente, terão incidência de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 em seu informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread equivalente a 1,08% ao ano, base 252 Dias Úteis (“Remuneração”), além de contar com garantia fidejussória, na forma de aval, a ser prestado pelos Avalistas, e garantia real, na forma de alienação fiduciária de imóvel, a ser outorgada pela Alienante (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo). Todos os demais termos, prazos e condições serão acordados no “Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático da Recreio Veículos S.A.” a ser celebrado entre a Cia., os Avalistas (conforme a serem definido no Termo de Emissão) e a Vórtx Distribuidora de TVM Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ**”) sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Notas Comerciais Escriturais (“**Agente Fiduciário**” e “**Termo de Emissão**”, respectivamente);”;** (II) a aprovação da celebração, pela Cia., do “**Primeiro Aditamento ao Termo da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Recreio Veículos S.A.**” (“**Primeiro Aditamento**”) e do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido na AGE Emissão), na qualidade de interveniente anuente, para refletir a alteração prevista no item (i) acima, bem como a autorização à diretoria da Cia. e seus procuradores para praticarem todos os atos necessários à sua formalização; (III) a ratificação de todas as demais deliberações da AGE Emissão; e (IV) a ratificação de todos os atos eventualmente já praticados pela Cia. e/ou seus representantes legais, relacionados às matérias mencionadas nos itens (i) a (iii) acima. **V - DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas da Cia. deliberaram, por unanimidade de votos, sem qualquer restrição e/ou ressalva, por: (I) ratificar o item (i) da Ordem do Dia da AGE Emissão, de modo que o referido item passa a vigorar com a alteração disposta no item (i) da Ordem do Dia acima; (II) aprovar a celebração do 1º Aditamento e do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos do item (ii) da Ordem do Dia acima, autorizando a diretoria da Cia. e seus procuradores a praticarem todos os atos necessários à sua formalização; (III) ratificar todas as demais deliberações da AGE Emissão; e (IV) ratificar todos os atos eventualmente já praticados pela Cia. e/ou seus representantes legais, relacionados às matérias anteriores. **VI – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130, §2º, da Lei 6.404/76, a qual foi lida, aprovada por todos e assinada. RJ/RJ, 08/10/2026. Jucerja nº 8092469 em 13/10/2026.**

DEPUTADO

Polícia apura se Marcelo Aguiar cometeu importunação sexual

GONÇALO JUNIOR
E RARIANE COSTA/AE

A Polícia Civil de São Paulo investiga se o deputado estadual Marcelo Aguiar (PL) cometeu importunação sexual contra mulheres e se o disparo de arma de fogo ocorrido durante uma confusão em uma casa noturna no Itaim Bibi, na zona sul da capital, foi intencional.

Segundo relatos de testemunhas, o parlamentar teria "cantado" uma mulher que estava em um grupo de amigos no estabelecimento. Os investigadores apuram se a abordagem configura crime de importunação sexual.

A Polícia Civil também busca esclarecer como ocorreu o disparo durante o bate-boca entre o deputado e homens que estavam na casa noturna. Uma das linhas de investigação é verificar se alguém tentou pegar a arma de Aguiar durante a discussão e se essa movimentação provocou o tiro. Os investigadores ainda apuram quem efetuou o disparo.

O apresentador Fred Bruno, do Globo Esporte, foi atingido de raspão. Em um vídeo publicado nas redes sociais, ele relatou ter ouvido o disparo e sentido um forte impacto no pé. "Eu estou bem, porém, é algo muito sério", afirmou.

Aguiar foi levado à delegacia na madrugada de segunda-feira, após o episódio. Segundo o registro policial, ele aparentava estar embriagado e teria incomodado frequentadores da festa. Durante a confusão, caiu enquanto estava com uma arma, que disparou dentro do estabelecimento.

GOLPE

Polícia faz operação no interior de SP contra fraudes bancárias

MATHEUS
CROBELATTI/ABRASIL

Uma organização criminosa especializada em fraudes bancárias causou prejuízos de R\$ 1,27 milhão no interior de São Paulo. Segundo a investigação da Polícia Civil de Presidente Venceslau, os suspeitos utilizaram 2,7 mil linhas telefônicas para aplicar golpes.

Entre as vítimas está um morador de 80 anos que perdeu R\$ 180 mil em um golpe. Os criminosos se passaram por funcionários de uma instituição bancária e convenceram a vítima de que havia um problema com a conta. Com isso, conseguiram induzi-la a realizar uma transferência bancária sem autorização.

Ao todo, estão sendo executados cinco mandados de busca e apreensão, abrangendo as cidades de Poá e Embu das Artes, na Grande São Paulo, além de Planaltina, em Goiás, e Brasília. Para reaver o prejuízo causado à vítima idosa que motivou o início das apurações, a Justiça determinou o bloqueio de bens e valores no limite de R\$ 180 mil.

“Nosso objetivo é aprofundar a investigação, identificar todos os envolvidos e localizar outras possíveis vítimas”, afirmou o delegado Edmar Caparroz, que coordena a operação.

As buscas também têm como objetivo recolher documentos, celulares, computadores e outros materiais que possam contribuir para o avanço das investigações.

A assessoria do deputado, por sua vez, afirmou que ele estava sob efeito de medicamentos fortes, que teriam provocado uma "reação adversa", e que se envolveu em uma discussão. Em nota, negou que ele tivesse sido preso e informou que o parlamentar pres- tou esclarecimentos à polícia e foi liberado em seguida.

Imagens registradas na chegada do deputado estadual à delegacia mostram policiais militares ajudando o parlamentar a sair da viatura e a caminhar até a entrada do prédio. O deputado aparenta ter dificuldade para se locomover e recebe apoio dos agentes durante o trajeto.

A Polícia Militar apreendeu a pistola Glock G42, calibre .380, utilizada no episódio. Segundo a corporação, o deputado tinha porte de arma válido.

O caso também envolve o uso de identificação oficial da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em um veículo que não integra a frota do Legislativo. Aguiar utilizava um carro da marca chinesa BYD com a placa AL103, destinada oficialmente a um Toyota Corolla, segundo o portal de transparência da Casa.

A Alesp informou que vê o episódio com preocupação e abriu uma apuração interna sobre o possível uso irregular da placa.

As deputadas estaduais Ediane Maria (PSOL) e Monica Seixas (PSOL) também acionaram o Conselho de Ética da Assembleia para que os fatos envolvendo o parlamentar sejam avaliados. O caso é investigado pelo 15º Distrito Policial (Itaim Bibi).

COMO EVITAR FRAUDES

Como mostrou uma reportagem da Agência Brasil, a engenharia social responde por 40% das fraudes financeiras no Brasil. Essa técnica consiste na manipulação emocional das vítimas. Os criminosos criam cenários de urgência para induzir decisões rápidas.

Os criminosos utilizam diversos formatos para chegar até a vítima, como o falso call center, que afirma ter identificado uma transação suspeita e orienta a vítima a realizar procedimentos para supostamente proteger a conta. Também contatam as vítimas por e-mail, WhatsApp e ligações.

Alguns órgãos federais desenvolveram ferramentas para evitar golpes. O Banco Central (BC) oferece a ferramenta BC Protege +, que permite ao cidadão registrar que não deseja abrir contas em bancos ou outras instituições do sistema financeiro.

Para reforçar a proteção dos dados pessoais, o BC também disponibiliza o Registrato. Por meio dessa solução, cidadãos e empresas conseguem consultar as informações que as instituições do sistema financeiro compartilham com a autoridade monetária.

A ferramenta possibilita a emissão de diversos relatórios, permitindo checar pendências financeiras, verificar chaves Pix registradas e checar a existência de contas desconhecidas.

OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA

Advogado preso jogou celular notebook pela janela ao ver PM

O advogado Guilherme Menna Barreto Gentil foi preso em flagrante na manhã de ontem em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, por suspeita de obstrução da Justiça. Alvo de mandado de busca e apreensão, ele arremessou um notebook e um celular pela janela do apartamento onde mora com a família quando uma equipe do Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) chegou ao local. Os equipamentos lançados pela janela foram recolhidos pelos agentes.

A prisão ocorreu no âmbito da Operação Libelo, uma das duas ofensivas deflagradas no mesmo dia pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no interior paulista. A outra ofensiva é a Operação Garatêia. As operações foram deflagradas para apurar esquemas que teriam usado ações judiciais em massa para se apropriar de dinheiro de clientes, em boa parte idosos e pessoas vulneráveis.

OPERAÇÃO LIBELO

Conduzida pelo Gaeco em

conjunto com as Polícias Militar e Civil, a Libelo cumpre seis mandados de busca e apreensão: quatro em Ribeirão Preto e dois em Altinópolis (SP). A Justiça também determinou o bloqueio de bens e valores dos investigados até o limite de R\$ 3 milhões.

De acordo com as investigações, os agentes identificaram um volume incomum de ações semelhantes patrocinadas por um mesmo advogado em Altinópolis. Os processos tratam principalmente de empréstimos consignados, tarifas bancárias e inclusão indevida em cadastros de inadimplentes.

Segundo os dados reunidos até o momento, são mais de 2 mil processos e mais de R\$ 2 milhões levantados somente naquele município. De acordo com o Ministério Público de São Paulo, há relatos de autores que não sabiam quantas ações tramitavam em seu nome nem quanto havia sido sacado e que receberam valores bem inferiores aos depositados.

De acordo com a investigação, as ações eram ajuizadas por

PRESÍDIO

Após descoberta de regalias na cadeia, Milton Leite é transferido

MARCELO GODOY
E FAUSTO MACEDO/AE

O ex-vereador Milton Leite (União Brasil) e ex-presidente da Câmara paulistana foi transferido na manhã de ontem, para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Guarulhos, na Grande São Paulo, para cumprir regime de prisão temporária imposto a ele na Operação Vectura Corrupta - investigação que o liga a um esquema do PCC no transporte público da capital paulista.

A remoção foi realizada por ordem judicial, que acatou pedido do Ministério Público estadual, após a descoberta de regalias supostamente concedidas a Milton Leite na Cadeia Pública de Mogi das Cruzes, onde ele estava recolhido desde 18 de setembro.

Milton Leite afirma ser inocente. Em depoimento à Polícia, ele disse que nunca financiou ou deu apoio ao PCC. Seus advogados, os criminalistas Aloísio Lacerda Medeiros e Rodrigo

Araújo, sustentam que ele "não recebe e nunca recebeu qualquer tipo de regalia ou tratamento diferenciado" na cadeia de Mogi.

Inicialmente, a prisão de Milton Leite foi decretada pelo prazo de trinta dias (temporária). Na semana passada, o juiz Nelson Augusto Bernardes de Souza, da Vara Estadual das Garantias de Organizações Criminosas e Lavagem de Bens, Direitos e Valores, prorrogou por mais 30 dias a permanência do ex-vereador na prisão.

Nelson Augusto considerou que a custódia temporária do ex-vereador e de outros 12 investigados da Operação Vectura Corrupta "mostra-se indispensável para resguardar a integridade das fontes de prova digital contra manipulação, descarte ou destruição externa".

Para o juiz, a "soltura prematura dos investigados antes da conclusão das extrações lógicas e físicas poderia ensejar o risco concreto de acionamento de co-

diversos advogados e depois concentradas em um único patrono. Os créditos eram cedidos a empresas ligadas ao grupo, e os levantamentos judiciais eram feitos em conta bancária do advogado em questão, com repasse parcelado às vítimas.

Em alguns casos, o pagamento só teria ocorrido depois de questionamento das partes ou de intimação judicial. Os crimes investigados são estelionato, falsidade documental, apropriação indébita e organização criminosa.

OPERAÇÃO GARATÊIA

Em Franca (SP), o Gaeco, com apoio da Polícia Militar, cumpre cinco mandados de busca e apreensão em cinco endereços. A Justiça determinou o bloqueio de bens e valores dos investigados até o limite de R\$ 3,1 milhões.

A investigação, iniciada em 2024, apura indícios de que escritórios de advocacia da região tenham usado procurações antigas ou genéricas para propor ações em nome de aposentados e pensionistas, em al-

guns casos sem que eles soubessem. Também investiga se os valores obtidos nos processos foram sacados e retidos sem o devido repasse aos clientes.

Levantamento do Tribunal de Justiça de São Paulo aponta mais de 12 mil ações ajuizadas pelo grupo entre 2022 e 2025. Uma análise financeira autorizada pela Justiça, referente ao período de janeiro de 2021 a junho de 2025, mostra que contas ligadas aos investigados receberam cerca de R\$ 10,9 milhões em 3.812 levantamentos de valores depositados em processos, média superior a dois por dia útil.

Segundo o Ministério Público, apenas cerca de um quarto desse total foi transferido a pessoas de fora do grupo. Uma empresa ligada aos investigados arrecadou ainda cerca de R\$ 770 mil em taxas cobradas de mais de 2,7 mil pessoas. Entre dezembro de 2024 e março de 2025, aproximadamente R\$ 1,38 milhão foi sacado em espécie, e o parapeiro do dinheiro não foi localizado.

mandos remotos de segurança, revogação de chaves criptográficas, desconexão forçada de sessões ativas e eliminação remota (remote wipe) de informações, diálogos e backups arquivados em servidores e plataformas virtuais em nuvem (cloud)".

FLUXO INCESSANTE

Na sexta-feira passada, uma força-tarefa de promotores do Gaeco - braço do Ministério Público que enfrenta o crime organizado - e da Corregedoria da Polícia Civil fez uma blitz na Cadeia de Mogi e apontou mordomias de Milton Leite, inclusive refeições fora da prisão.

Segundo a Promotoria, havia um "fluxo incessante" de visitantes, muitos deles sem qualquer vínculo familiar com o ex-vereador, "completamente destoante das suas condições de custodiado, entre outras regalias incompatíveis com o cárcere".

O Estadão apurou que, há cerca de duas semanas, foi instalada uma câmera de vídeo em frente à cadeia para monitoramento do local.

Relatório Técnico de Análise Preliminar indica que Milton

Leite recebeu visitas de políticos, entre deputados e prefeitos aliados, e muitos amigos fora dos dias e horários permitidos, inclusive à noite e aos finais de semana, além de outras regalias.

Tudo teria sido facilitado pelo carcereiro Jaércio da Cunha Braga, segundo suspeita o Ministério Público. Foram realizadas diligências de campo com o apoio de policiais disfarçados nos dias 8 e 9 de outubro. Com as primeiras descobertas, a Promotoria instaurou Procedimento Investigatório Criminal (PIC).

No sábado, o delegado-geral de Polícia, Artur Dian, determinou o afastamento do carcereiro e de outros quatro policiais, inclusive da delegada seccional de Mogi, Margarete Barreto.

Veja o que diz a defesa da delegada Margareta Barreto:

Os criminalistas Aristides Zaccarelli Neto e Pedro Martins de Oliveira Reis afirmam que a delegada Margarete Barreto "não concedeu, não autorizou nem teve conhecimento de qualquer regalia ou privilégio ao ex-vereador Milton Leite durante o cumprimento de prisão temporária na Cadeia Pública de Mogi das Cruzes".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 154ª (CENTESIMA QUINGUAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 154ª emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do "Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Da Série Única Da 154ª (Centésima Quinquagésima Quarta) Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitização Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Por Impacto Bioenergia Alagoas S.A." ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 09 de novembro de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da "Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira" ("CPR-F"), e, consequentemente, a não realização do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do cumprimento intpestivo da obrigação de encaminhamento das Demonstrações Financeiras do Devedor e dos Avalistas Pessoas Jurídicas, prevista na Cláusula 11.2, item (viii), da CPR-F, observado o disposto na Cláusula 8.2, item (i), da CPR-F; (ii) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, da CPR-F, disposto na Cláusula 8.1, item (i), da CPR-F, e do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do descumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Despesas, prevista na Cláusula 14.4 do Termo de Securitização. Consignando - se o prazo adicional de 10 (dez) dias corridos, contados da data de realização da AGT, para que o Devedor elou os Avalistas promovam a recomposição do Fundo de Despesas até o Valor do Fundo de Despesas correspondente a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos da Cláusula 14.4 do Termo de Securitização, preservadas as demais obrigações previstas nos Documentos da Operação. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora ficam autorizados a praticar e celebrar os instrumentos estritamente necessários à implementação das matérias efetivamente aprovadas, observados o escopo e os limites das deliberações, bem como tal autorização implique renúncia a direitos ou assunção de obrigações adicionais não expressamente deliberadas. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "AGT - CRA IMPACTO 154", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; e (d) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (e) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, devendo a Instrução de Voto ser recebida pela Emissora antes do início da AGT, acompanhada dos documentos de representação aplicáveis. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de outubro de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTESIMA QUINGUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 e seguintes do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda." conforme aditado ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de novembro de 2026, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a liberação extraordinária dos recursos excedentes à Devedora, retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos até a data de verificação do PMT referente à Data de Pagamento de 22 de outubro de 2026 ("PMT out.2026"), a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis a contar da data da aprovação da presente matéria na AGT; II. Aprovar previamente a liberação extraordinária dos recursos excedentes, à Devedora, retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação da PMT out.2026 (exclusive) e a data de verificação da Data de Pagamento de 23 de novembro de 2026 ("PMT nov.2026") (inclusive), a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis da data de verificação da PMT nov.26, conforme definido nos Documentos da Emissão. Fica consignado que as liberações extraordinárias tratadas na AGT ocorrem sem observância da cláusula 15.1.1, (viii), do Termo de Securitização, pela Devedora, sendo certo que tais inadimplimentos das Obrigações Garantidas deverão ser apreciados pelos Titulares de CRI em edital a ser publicado em até 30 (trinta) dias contados da realização da presente AGT. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Smart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (d) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (e) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de outubro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

PRIMAVERA: Sol com nuvens e chuva à tarde. Nublado à noite, sem chuva.

ASSASSINATO

Secretário de Queimados morre baleado em ação da PM

VITOR ABDALA/ABRASIL

O secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Queimados, na Baixada Fluminense, Jefferson Dias da Silva, morreu na noite desta segunda-feira baleado durante uma abordagem da Polícia Militar.

O carro onde ele estava foi alvo de tiros disparados por policiais.

A PM se limitou a dizer que os policiais militares “tentaram

abordar um veículo na Avenida Brasil, na pista sentido zona oeste, na altura de Bonsucesso, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro”.

O governador em exercício do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, determinou o afastamento dos policiais militares envolvidos na abordagem.

Por meio de nota divulgada à imprensa, o governo estadual informou que “manifesta profunda consternação com os familiares e amigos de Jefferson. A

gravidade do episódio exige uma apuração rigorosa, célere e transparente”.

Em nota, a PM lamentou a morte do político, que já foi vereador de Queimados, e informou que “as circunstâncias do fato serão esclarecidas através das investigações que estão em andamento. O local foi preservado e a área, isolada para a realização da perícia”.

O Comando da PM também instaurou um procedimento apuratório, para investigar a

conduta dos policiais envolvidos na ocorrência. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital.

De acordo com a Polícia Civil, a perícia foi feita no local e os policiais militares foram ouvidos. As imagens das câmeras corporais serão analisadas e outras diligências estão em andamento para apurar todos os fatos.

A prefeitura de Queimados divulgou uma nota lamentando profundamente a morte do secretário.

CORPORAIS

Governo do RJ deverá adquirir câmeras para policiais em março

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O governo do estado do Rio de Janeiro pretende concluir o processo de licitação e contratar novas câmeras corporais para uso pelas forças de segurança do estado, em março de 2027.

A compra foi uma das demandas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) após a Operação Con-tenção, realizada em outubro de 2025, que deixou 122 mortos e foi a mais letal do estado do Rio.

O cronograma de licitação foi apresentado em reunião do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaesp/MPRJ) com a

Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP).

“Nosso objetivo é garantir que os equipamentos sejam utilizados de forma efetiva, com regras claras para o armazenamento e o acesso às imagens. Trata-se de uma ferramenta fundamental para assegurar maior transparência às operações policiais, preservar provas e fortalecer tanto a fiscalização da atividade policial quanto a segurança dos próprios agentes”, destacou o promotor de Justiça Fabio Corrêa.

Também foram discutidas, de acordo com o MPRJ, questões relacionadas ao armazenamento das imagens registradas pelos equipamentos.

“Queremos garantir que as imagens gravadas fiquem sob a guarda do Estado, preservando as provas e permitindo o acesso direto e imediato dos órgãos de fiscalização e das autoridades responsáveis pelas investigações e ações penais”, afirmou o secretário de Segurança do Rio, Victor dos Santos.

RECOMENDAÇÕES

Além da ampliação do número de câmeras, o MPRJ recomendou o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização e do treinamento dos agentes, além da utilização dos dispositivos em operações policiais.

As recomendações integram a atuação do MPRJ no cumpri-

mento das determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 (conhecida como a ADPF das Favelas) e no exercício do controle externo da atividade policial.

Pela ADPF, devem ser seguidas regras em operações policiais como o uso proporcional da força policial, câmeras nas viaturas, elaboração de um plano de reocupação de territórios invadidos pelas organizações criminosas, além da entrada da Polícia Federal nas investigações contra milícias e tráfico de drogas interestadual e internacional.

DOENÇA

Saúde inicia oferta de novos medicamentos oncológicos no SUS

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Ministério da Saúde começa a ofertar, a partir desta semana, nove novos medicamentos de alta tecnologia para tratamento de câncer no Sistema Único de Saúde (SUS). A inclusão é a maior já feita para o cuidado com o câncer e atenderá 100% da demanda por esses produtos.

Os novos nove medicamentos são indicados para 13 diferentes tratamentos de câncer e devem beneficiar mais de 116 mil pessoas.

A disponibilidade tem início em 20 centros de tratamento, em todas as regiões do Brasil. A expectativa é expandir para todos os demais centros até o fim do ano.

O impacto anual só na aquisição desses produtos será de R\$ 155,4 milhões por ano.

A previsão é chegar a 23 novos fármacos oncológicos até o fim do ano, ampliando em 35% as alternativas na rede pública de saúde.

Segundo o ministério, para viabilizar a oferta dos 23 novos medicamentos, a pasta assumiu a compra e negociação direta de dez fármacos, articulou a realização de uma ata para aquisição com menor preço pelos estados de outros nove e, para os outros quatro, ampliou os repasses para garantir o custeio nos serviços oncológicos do SUS. O impacto será de R\$ 4 bilhões por ano.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse, em cerimônia no Hospital Beneficência Portuguesa, na capital paulista, que a ampliação e qualificação da rede de câncer em todo o país estão sendo feitas com o que há de mais moderno e avançado e representa uma transformação que coloca os pacientes no centro do cuidado, garantindo mais acesso a exames, diagnósticos precisos e tratamentos adequados, no tempo certo.

“Também estamos fortalecen-

do as condições de trabalho dos profissionais de saúde, com serviços mais estruturados e uma rede pública cada vez mais preparada para atender às necessidades da população”, disse durante cerimônia.

De acordo com o Ministério da Saúde, os nove tratamentos atuam de formas diferentes, de acordo com o tipo de tumor, o estágio da doença e o perfil de cada paciente. Entre os principais benefícios estão o aumento da sobrevida e melhor qualidade de vida.

Há ainda indicações para depois da cirurgia, quando não há mais sinal visível de tumor, com o objetivo de evitar que a doença volte.

As unidades de saúde que participam dessa etapa de implementação estão localizadas em 16 estados: São Paulo, Paraná, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais, Goiás, Rondônia, Rio Grande do Sul, Tocantins e Sergipe, e no Distrito Federal.

Saiba quais são os novos medicamentos:

- trastuzumabe - câncer de estômago ou junção esofagagástrica;
- abemaciclibe - câncer de mama precoce (RH+, Her2-, linfomodo +);
- acetato de lanreotida - tumores neuroendócrinos;
- pazopanibe - câncer de rim de células claras metastático;
- rituximabe - leucemia linfocítica crônica (1ª linha), linfoma folicular, linfoma difuso;
- abiraterona - câncer de próstata resistente à hormonioterapia não metastático e metastático e sensível à hormonioterapia e metastático;
- gefitinibe - câncer de pulmão não pequenas células em primeira linha;
- TSH recombinante (alfatirotopina) - câncer diferenciado de

tireoide com indicação de iodo radioativo;

- sunitinibe - câncer de rim de células claras metastático e GIST avançado ou metastático após falha ao imatinibe.

OUTRAS INOVAÇÕES

O ministro anunciou que SUS também fará o rastreamento de câncer de intestino, considerado essencial para o diagnóstico precoce da doença. Serão distribuídos 400 mil testes imunológicos fecais (FIT) para o rastreamento do câncer colorretal para todos os estados.

O exame será utilizado para identificar, entre homens e mulheres assintomáticos, com 50 a 75 anos, quem precisará realizar colonoscopia para confirmação do diagnóstico. A precisão é de 92%.

“Nós estamos construindo o maior programa público de rastreamento do câncer de colo retal do mundo. Não existe país do mundo que vai fazer o que nós estamos fazendo”, destacou o ministro Alexandre Padilha.

Também está em implementação o SUS o rastreamento do câncer do colo do útero por meio do teste DNA-HPV. Como complemento, o ministério financiará a citologia reflexa em meio líquido, que utiliza a mesma coleta para avaliar amostras com sinais de alerta. O investimento anual será de R\$ 2,7 milhões para mais de 131 mil testes.

O Ministério da Saúde também passa a custear as cirurgias video-torácicas oncológicas, que contemplam principalmente o câncer de pulmão. A técnica utiliza pequenas incisões, câmera e instrumentos específicos e é minimamente invasiva. As melhorias para os pacientes incluem a redução do tempo de internação e as complicações pós-operatórias.

O ministro da Saúde, Alexan-

dre Padilha, assinou o compromisso para o próximo triênio do Proadi-SUS, que destinará R\$ 4 bilhões em investimentos nos próximos três anos.

O montante equivale a um terço de tudo o que foi investido nos últimos 17 anos do programa (R\$ 11 bilhões).

Padilha ressaltou que os hospitais parceiros do Proadi, como o Albert Einstein, Sírio-Libanês, Oswaldo Cruz, Beneficência Portuguesa, Moinhos de Vento, A.C. Camargo e Hcor, desempenham um papel fundamental na saúde pública.

“Tanto na transferência de tecnologia, capacitação profissional e melhoria da gestão do SUS. Muitos desses hospitais filantrópicos, inclusive, operam hoje com mais leitos dedicados ao SUS do que aos seus próprios serviços particulares”, disse.

Padilha anunciou ainda a implantação dos Hospital Inteligente em parceria com o Instituto Tecnológico de Medicina Inteligente do Brasil (ITMI), responsável pela gestão.

O primeiro hospital 100% inteligente do SUS será implementado no complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

“O projeto prevê UTIs com equipamentos ultra-conectados e inteligência artificial, que permitem o monitoramento remoto em tempo real, com o profissional podendo acessar o que acontece dentro da UTI de qualquer canto do hospital, da casa dele, ou em outro serviço”, explicou Padilha.

“Além da modernização de laboratórios de anatomia patológica, serão reduzidos o tempo de entrega de laudos de biópsias de uma semana para apenas 48 horas por meio de telediagnóstico”, acrescentou.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

O nosso verdadeiro senhor e libertador

A história da salvação revela a grandeza das obras que Deus realizou e continua a realizar em favor dos seus. Ele conduziu o povo da antiga aliança, libertou-o do jugo egípcio, instruiu-o por meio dos profetas, sustentou-o nos períodos de privação, resgatou-o do exílio e concedeu-lhe a terra prometida. Esses acontecimentos foram prelúdios para a redenção definitiva operada pelo envio do Filho unigênito, que reconciliou consigo toda a humanidade. Revelado em plenitude em Jesus Cristo, o Deus vivo e verdadeiro é o nosso único Senhor e Redentor; fora d’Ele não há salvação. Todavia, quando nos deixamos abater pelo desespero e pela tibieza na fé, corremos o risco de confundir essa verdade fundamental. A liturgia do 29º Domingo do Tempo Comum nos convoca a discernir o fundamento da nossa esperança: estamos ancorados nas forças terrenas passageiras ou na soberania do Senhor? Cumpre restabelecer a reta ordem de nossas prioridades, prestando fidelidade àquele que é o princípio e o fim de todas as coisas.

As contingências do cotidiano frequentemente assolam o espírito humano. Ora nos inquietamos com o sustento e os estudos, ora com os laços familiares e o futuro dos filhos, ora com as vicissitudes políticas e sociais. Embora nos caiba uma responsabilidade ética e moral na gestão desses compromissos temporais, tais deveres jamais devem ofuscar a nossa confiança na Divina Providência. Dou-vos um exemplo atual: em períodos de instabilidade política ou processos eleitorais, é legítima a preocupação pelo futuro de nossa Nação; todavia, como fiéis católicos, sabemos que, para além de qualquer governante transitório, o verdadeiro regente da história e dos corações humanos é unicamente Deus. Precisamos de atenção! Se a angústia pelas realidades materiais se torna excessiva, isso denuncia um certo negligenciamento da nossa vocação última: a vida eterna. A presente existência terrena é passageira; não há segundas chances além do limiar desta vida. Faz-se necessário, portanto, ordenar os valores: buscar em primeiro lugar a salvação e a santificação de si mesmo e do próximo, acolhendo as realidades temporais a partir da luz perene da fé e da paciência evangélica.

Na primeira leitura, o profeta Isaías — Is 45,1.4-5 — no contexto do final exílio da Babilônia, elucida essa verdade teológica do senhorio de Deus. Diante da expansão do império persa liderado por Ciro, os judeus cativos vislumbraram na ofensiva militar desse imperador uma via de libertação política e retorno à pátria, chegando a designar o monarca pagão como o ungido, o messias. As palavras do profeta, contudo, desfazem toda ilusão puramente imanente: o êxito de Ciro não provém de sua força militar autônoma, mas decorre unicamente dos desígnios soberanos de Javé, o verdadeiro autor da libertação, que se serve dos instrumentos da história para consumir a sua aliança. O mérito reside na soberania divina, e não no poderio dos potentados deste mundo. Nesse sentido, a Escritura nos ensina que Deus governa a marcha dos tempos e cumpre os seus desígnios para além das fragilidades e incompreensões humanas. Assim, podemos cantar com o Salmo 95(96): “Ó família das nações, dai ao Senhor poder e glória”, reafirmando que o tributo de louvor e a expectativa de redenção pertencem exclusivamente ao Altíssimo, que orienta tudo em vista da vocação universal à salvação.

No Evangelho – Mt 20,15-21 – Jesus, peremptoriamente, contesta a artimanha farisaica dizendo: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 20,21). Os mestres da lei e fariseus, após terem sido silenciados pelos ensinamentos de Jesus através das parábolas, tramam a fim de encontrarem nas respostas do Mestre algum argumento para acusá-lo e condená-lo no tribunal. Iniciam com elogios aduladores, típico cinismo, para depois lançar uma pergunta capciosa. A controvérsia da vez é sobre o imposto que, em verdade, subjugava o povo financeiramente, mas também religiosamente, pois nas moedas havia a imagem do imperador o que violava os mandamentos contra a idolatria. Era uma questão muito delicada e de muitas opiniões. Em resposta, o Senhor transcende a armadilha meramente política e restabelece a ordem teológica fundamental: se a moeda traz a estampa de César e pertence ao âmbito temporal, o ser humano traz gravada em si a imagem e semelhança do Criador e, portanto, pertence por inteiro a Deus. Por isso, a redenção trazida por Cristo não se reduz a um messianismo terreno ou político nos moldes de Ciro; é a libertação radical do pecado e da morte que opera no interior do homem.

O exemplo da vivência evangélica é dado por São Paulo na segunda leitura – 1Tes 1,1-5 –. A comunidade de Tessalônica prospera no seguimento de Jesus porque está “reunida em Deus” (1Tes 1,1). Essa é a ordem correta dos valores, pois a centralidade da nossa vida é Deus e com isso somos nutridos pela força do Espírito Santo. Quando em comunidade assumimos nossa vocação batismal, o Evangelho frutifica em nosso meio gerando fé, esforço, caridade e firmeza da esperança. A partir de uma vida de oração que abre os corações para a ação do Espírito Santo, podemos ser transformados e transformar a realidade. A presença do cristão nas realidades seculares só adquire autenticidade e fecundidade quando seu coração está inteiramente dedicado à graça divina, comprometido com a conversão interior e a salvação das almas por amor aquele que nos libertou para a verdadeira liberdade (cf. Gl 5,1).

Toda a liturgia deste dia converge para um único mandamento: reconhecer a soberania absoluta do Senhor sobre nossa existência e a história humana, recusando a ilusão de colocar nos poderes passageiros do mundo a esperança que só pertence ao Deus Pai de amor. Ele há de nos amparar em nossas necessidades temporais e espirituais. Meditemos, hoje, com a sabedoria de Santa Teresa d’Ávila, celebrada no último dia 15 de outubro, que diz: “Nada te perturbe, nada te espante. Só Deus basta”. Que as exigências temporais não sufoquem o anseio pela santidade, mas sejam assumidas como terreno fértil de testemunho cristão.

SEGUNDO TURNO

Local de votação ainda pode mudar; consulte de novo antes de ir à urna

LUCAS PORDEUS
LEÓN/ABRASIL

Mesmo que o eleitor tenha consultado o local de votação com antecedência, ele deve verificar novamente a informação no dia da eleição, no domingo, antes de sair de casa.

Outra dica é votar pela manhã, para ter mais tempo de se deslocar caso a seção eleitoral tenha mudado de lugar.

A Justiça Eleitoral tem alertado que o local das seções eleitorais pode mudar até o próximo domingo, dia do segundo turno. Na última sexta-feira, chegava a 4 mil o número de seções alteradas após o primeiro turno, mas nova divulgação na segunda-feira informou um número menor, de 444 seções.

“Até o dia da realização do segundo turno, cada um dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais divulgará, por todos os meios de comunicação disponíveis, os locais de votação eventualmente modificados”, diz nota conjunta dos TREs.

ONDE CONFERIR

O eleitor deve conferir o local de votação apenas nos canais oficiais da Justiça Eleitoral, seja no botão “onde votar” do aplicativo e-Título, ou nos portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos TREs.

Nos últimos dias, têm circulado diversas mensagens em grupos de *WhatsApp* ou nas redes sociais com links não oficiais sobre locais de votação que não são confiáveis.

O eleitor não deve consultar o local de votação em links que não sejam os oficiais da Justiça Eleitoral.

TREs EXPLICAM

Em nota conjunta, os TREs alegam que as mudanças nos locais de votação ocorrem apenas quando é “absolutamente necessário”

“Os motivos são sempre extraordinários e estão relacionados a situações climáticas

extremas, problemas não identificados previamente nas estruturas dos prédios utilizados como locais de votação e questões de segurança pública”, diz nota dos presidentes dos 27 TREs do país.

Ainda segundo a nota do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), o TSE não tem ingerência sobre essas alterações.

ALTERAÇÕES

As mudanças nos locais de votação nos últimos dias podem confundir os eleitores, avaliou o advogado especialista em direito eleitoral Alberto Rollo.

“Realmente, mudar de 4 mil para 400 seções modificadas é uma coisa esquisita, mas eu não vejo nenhum tipo de dolo [má-fé] para atrapalhar o eleitorado. Eu acho que é desencontro de informação”, explicou.

Rollo acrescentou que é comum ocorrerem mudanças excepcionais de locais de votação antes do pleito, devido a mudanças no clima ou na estrutura das escolas.

“Sempre lembrando que o Brasil é muito grande, então, pode ser que chova hoje no Sul ou no Norte, e a escola fica prejudicada para domingo. Com isso, é atualizada a informação, mas vão ser algumas seções eleitorais, só em algumas escolas, e não baixar de 4 mil para 400”, acrescentou.

Ainda segundo o especialista, a Justiça Eleitoral não teria condição de informar as mudanças em local de votação individualmente, para cada eleitor, por causa dos cadastros, que não são completos, com e-mail ou número de telefone.

“Não daria para fazer a comunicação para essas pessoas individualmente. Mas a Justiça Eleitoral pode fazer essa comunicação via grande imprensa, colocar nos jornais de papel, colocar nas televisões abertas, nas rádios. Isso dá para melhorar”, concluiu.

prazo maior, compatível com a complexidade do tema, e que suas políticas se aplicam a todos os usuários, igualmente, de forma que, para a Meta, os canais gerais já disponíveis são suficientes. A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a assessoria da Meta, que respondeu que a empresa não vai comentar o assunto.

VIOLÊNCIA DIGITAL

Em nota, as secretarias de Justiça (Senajus) e de Direitos Digitais (Sedigi) do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Secretaria de Políticas Digitais (SPDGI) da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República destacaram que foram registrados 14.182 ataques digitais contra jornalistas e veículos de comunicação durante o primeiro turno, segundo a Coalizão em Defesa do Jornalismo. Além disso, a organização CTRL+Z reuniu 1.121 relatos de restrições a contas e conteúdos políticos, incluindo bloqueios e remoções sem justificativa específica.

“Os levantamentos expõem duas ameaças ao debate público: a escalada da violência contra quem produz informação e a falta de transparência nas decisões que podem restringir sua circulação, com potencial impacto no legítimo exercício da liberdade de expressão”, apontam as secretarias.

44 ALDEIAS

Justiça eleitoral do AM nega transporte a eleitores indígenas

SANDRA MANFRINI/AE

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) negou o pedido da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) para organizar o transporte de eleitores de 44 aldeias no segundo turno das eleições 2026. A decisão, da juíza da 42ª Zona Eleitoral, Dálethe Borges Messias, “reco-

nehe a legitimidade da entidade para representar as comunidades e a importância do direito ao transporte para garantir a participação indígena nas eleições”.

No entanto, ela destaca três impedimentos para atender à solicitação: “o encerramento dos prazos legais de planejamento, a ausência de dotação orçamentária específica, fora do prazo orçamentário e a inviabi-

lidade logística da operação”.

Em nota, o TRE-AM reforça que o atendimento aos eleitores de comunidades indígenas e de difícil acesso envolve planejamento logístico, cooperação entre instituições e análise das condições de transporte de cada município. “Para reduzir as distâncias percorridas até as urnas, o Tribunal mantém uma política permanente de instalação de locais de votação em territórios in-

dígenas”, diz.

Na decisão, a juíza destaca que o pedido chegou no dia 13 de outubro, a 12 dias da votação, e já haviam terminado os prazos para requisição de embarcações, organização e divulgação dos percursos e horários. “O cumprimento dessas etapas permite a fiscalização do serviço pelo Ministério Público Eleitoral e pelos partidos políticos.” Camilo:

MPE pede providências para garantir voto de indígenas no segundo turno

O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, providências para garantir que a população indígena possa votar no segundo turno das eleições, no próximo domingo.

De acordo com o vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre

Espinosa, diversas lideranças indígenas relataram falta de transporte gratuito para o deslocamento dos eleitores no primeiro turno.

Além disso, a falta de mesários que falam línguas indígenas também teria contribuído para a abstenção na votação.

Os problemas ocorreram nos estados de Minas Gerais, Mato

Grosso, Amapá, Pernambuco, Amazonas e Pará.

“Ante o exposto, e com o propósito de afastar impedimentos ao exercício do sufrágio pelas populações indígenas, solicita-se a Vossa Excelência o apoio institucional a fim de que sejam saneadas as dificuldades verificadas durante o primeiro turno de vota-

ção”, solicitou o procurador.

No Amazonas, indígenas da Terra Indígena Vale do Javari ainda não têm transporte garantido para o segundo turno.

De acordo com a Justiça Eleitoral, a solicitação do serviço foi protocolada pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) fora do prazo legal.

TSE

Lula autoriza quebra de sigilo bancário se Flávio fizer o mesmo

FELIPE PONTES/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, enviou ontem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um requerimento autorizando que sejam levantados seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, bem como de seus familiares, desde que o mesmo seja feito pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu adversário no segundo turno da corrida presidencial, que ocorre no próximo domingo.

No documento, Lula diz cumprir promessa feita durante o debate na emissora de TV Band, no último domingo, quando desafiou Flávio a abrir as informações para o eleitor.

Além do sigilo relativo aos últimos oito anos, o presidente colocou à disposição da Justiça os sigilos da primeira-dama, Janja Lula da Silva, e de seus cinco filhos - Lurian Cordeiro Lula da



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Silva, Marcos Cláudio Lula da Silva, Fábio Luís Lula da Silva, Sandro Luís Lula da Silva e Luís Claudio Lula da Silva.

“Este desafio e autorização também abrangem as pessoas jurídicas das quais os candidatos sejam sócios ou administradores, bem como aquelas em cujas contas bancárias figurem

como responsáveis financeiros”, diz o documento.

A peça lista apenas uma pessoa jurídica vinculada a Lula - a L.I.L.S. PALESTRAS, EVENTOS E PUBLICAÇÕES LTDA -, enquanto elenca cinco pessoas jurídicas que teriam ligações com Flávio, incluindo uma offshore.

“A divulgação pública dos

dados bancários, fiscais e telefônicos dos dois candidatos, anterior a próxima quarta-feira, é fundamental para que a população brasileira seja devidamente informada e possa decidir livremente em quem vai votar”, diz a peça.

Segundo Lula, seus sigilos e de seus familiares devem ser retirados caso Flávio Bolsonaro faça o mesmo em relação a si, à esposa Fernanda, aos pais - o ex-presidente Jair Bolsonaro e a suplente de deputada federal Rogéria Bolsonaro (PL-RJ) - e aos irmãos Carlos, Eduardo e Jair Renan.

A petição foi encaminhada ao presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques.

“Eu estou disposto a que a sociedade brasileira saiba quem é que é ladrão nesse país, quem é que é corrupto. E eu quero ver se ele tem coragem”, disse Lula ontem em evento de campanha em São Luiz.

REDE SOCIAL

Meta recusa pedido para criar canal de proteção a jornalistas

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Dona do Instagram, do Facebook, do WhatsApp e de outras plataformas digitais e redes sociais, a empresa de tecnologia Meta se negou a criar um canal direto para receber denúncias de ameaças, assédio, ataques digitais, bloqueios e suspensão de contas de jornalistas, comunicadores e veículos de comunicação. A criação de um canal para o encaminhamento e acompanhamento de casos urgentes foi solicitada pelo Observatório da Violência Contra Jornalistas e Comunicadores Sociais (Observatório), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e responsável por monitorar e apoiar as investigações das denúncias envolvendo comunicadores sociais.

Em nota, o observatório informou que agiu motivado pelos “recorrentes relatos de bloqueios, suspensões e outras restrições envolvendo jornalistas, comunicadores e veículos de comunicação”, mas que a Meta, ao negar o pedido, alegou a “complexidade técnica, jurídica e operacional” da medida.

“(A empresa) afirmou que o mecanismo poderia representar a “assunção (aceitação) de novas obrigações regulatórias”, revelou o observatório.

O órgão acrescentou que a Meta argumentou também que a análise do pedido exigiria um

ARRITMIA

Deputado André Janones recebe alta e deixa hospital em São Paulo

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O deputado federal André Janones (Rede-MG) recebeu alta na tarde desta terça-feira e deixou o Hospital Vila Nova Star, na capital paulista.

O parlamentar estava internado desde a madrugada de segunda-feira, em razão de uma arritmia cardíaca.

Antes da hospitalização, o deputado federal havia acompanhado o debate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL), na noite de domingo, na Rede Bandeirantes.

O deputado coordena o canal Exército do Lula, criado por ele para reforçar a campanha do presidente à reeleição. O canal tem mais de 5,6 milhões de seguidores.

“Eu tenho que trabalhar nessa reta final, não deixar de me



ANDRE JANONES INSTAGRAM

alimentar, de me hidratar. Mas, pelo que eu sei até aqui, não foi nada grave, nada que eu preci-

se ter algum cuidado redobrado. E eu volto com força máxima ainda. A gente fez realmen-

te uma revolução digital no nosso país”, disse Janones ao deixar o hospital.

FALASTRÃO

Itamaraty acusa Milei de tentar interferir na eleição

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O Palácio Itamaraty emitiu nota de repúdio, nesta terça-feira, em relação às novas ofensas do presidente da Argentina, Javier Milei, contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por ter insinuado fraude nas eleições.

O líder do país vizinho usou suas redes sociais para atacar o presidente brasileiro e candidato à reeleição e chegou a insinuar fraude nas eleições, cujo segundo turno será disputado no próximo domingo. Milei é aliado declarado da família Bolsonaro.

"As ofensas de hoje do Presidente da República Argentina ao Brasil, desta vez dirigidas ao Poder Judiciário e ao sistema de voto eletrônico, constituem nova e inaceitável tentativa de ingerência externa no processo democrático brasileiro", afirmou a pasta das Relações Exteriores.

Em uma postagem na rede

social X, Milei compartilhou um trecho da entrevista de Lula ao SBT, concedida na noite de segunda-feira, e escreveu em seguida: "Espero que seu último truque de campanha suja não inclua roubar a eleição...esquerdista ladrão".

Milei ainda compartilhou outro post, desta vez com trecho do debate entre Lula e Flávio Bolsonaro, realizado no último domingo, em que chama Lula de "autoritário adorado pelos progressistas locais"

Na nota de repúdio, o Itamaraty aponta que Milei "reitera mentiras difundidas por aqueles que perderam as eleições e protagonizaram o golpe militar fracassado, há quatro anos". "Essa antidemocrática manifestação é inaceitável, desequilibrada, e não condiz com a postura que deve ter o chefe de Estado de um país amigo".

Ainda na nota, o Itamaraty reafirmou que "o sistema brasileiro de voto eletrônico é comprovadamente seguro, nunca re-

gistrou irregularidades e observadores eleitorais do mundo inteiro já ratificaram essa realidade no primeiro turno das eleições".

E finalizou: "A decisão sobre o futuro do Brasil cabe exclusivamente ao povo brasileiro, que se manifestará livremente nas urnas, e sem qualquer tipo de ingerência externa, no domingo, dia 25".

RELAÇÕES REBAIXADAS

As sucessivas agressões verbais de Milei contra Lula e o Brasil resultaram no rebaixamento das relações bilaterais entre Brasília e Buenos Aires nos últimos meses. Desde agosto, o Brasil não mantém mais embaixador na Argentina e determinou que o embaixador argentino deixasse a capital federal. Os insultos do presidente argentino foram considerados um desrespeito inaceitável em relações bilaterais.

Desde então, o Brasil está sendo representado no país vizinho por um Encarregado de Ne-

gócios, cargo mais baixo que expressa esse rebaixamento diplomático.

Em 26 de julho, o embaixador brasileiro Bitelli foi convocado a voltar a Brasília após Milei xingar o presidente Lula em convenção partidária do Partido Liberal (PL), que indicou o senador Flávio Bolsonaro a disputar a Presidência da República.

Na ocasião, Milei chamou Lula de "presidiário" e atacou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do julgamento que condenou o pai de Flávio, o ex-presidente Jair Bolsonaro, a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina, em termos de compra e vendas de mercadorias. Os dois principais sócios do Mercosul, que compartilham de uma bicentenária relação diplomática, possuem economias fortemente integradas, especialmente nos setores automotivo e industrial.

MEIO AMBIENTE

Queda de desmatamento no Brasil gera R\$ 1,16 tri à economia global

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A redução do desmatamento na Amazônia brasileira e no Cerrado desde 2023 pode ter rendido ganhos de cerca de R\$ 1,16 trilhão para a economia mundial. Desse total, até R\$ 192 bilhões corresponderiam a danos climáticos evitados para a própria economia brasileira.

A constatação faz parte de um estudo do economista Bráulio Borges, publicado esta semana pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), um think tank (centro de estudos) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para chegar à conclusão, o especialista comparou o desmatamento dos dois biomas no período de 2019 a 2022 e os comparou com os de 2023 a 2026.

A análise já leva em conta os dados divulgados na última sexta-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

De acordo com o Inpe, de agosto de 2025 a julho de 2026, o desmatamento caiu 41,8% na Amazônia e 23,8% no Cerrado. A área desmatada na Amazônia ficou em 3.335 km², a menor desde 1998. No Cerrado, os 5.516,69 km² representam a menor extensão desde 2001.

O estudo revela que, de 2019 a 2022, a área desmatada nos dois biomas chegou a 78,9 mil km². Já de 2023 a 2026, 56,7 mil km². O dado representa que cerca de 22,3 mil km² (21 mil km² na Amazônia e 1,4 mil km² no Cerrado) deixaram de ser desmatados, uma área um pouco maior que Sergipe (21,9 mil km²).

O pesquisador explica que a comparação é feita como se o nível de desmatamento dos quatro anos anteriores fosse mantido no mesmo ritmo.

Ele ainda esclarece que os dados do Inpe consideram os períodos de 12 meses terminados sempre em julho.

Há cerca de quatro anos, um levantamento semelhante de autoria dele revelou que o "forte aumento" dos desmatamentos e das emissões de GEE em 2019-22, comparativamente à extrapolação do nível observado em 2018, havia gerado um prejuízo para a economia mundial da ordem de R\$ 1,22 trilhão (a preços daquele momento).

EMIÇÃO DE GASES

Bráulio Borges utilizou modelos para estimar a emissão de gases do efeito estufa (GEE) no período e o valor monetário dos danos causados.

Os cálculos apontaram que a redução do desmatamento evitou 1,49 bilhão de toneladas de emissões de GEE no período de 2023 a 2026.

Os GEE, entre eles o dióxido de carbono (CO₂), conhecido como gás carbônico, são liberados durante queimadas, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Florestas em pé funcionam como reservatórios de carbono, armazenado na vegetação e nos solos.

O levantamento utiliza uma estimativa chamada Custo Social do Carbono (CSC), uma forma de calcular em valores monetários o impacto negativo das emissões.

Com base em estudos de outros autores, o pesquisador do Ibre chegou à média ponderada de um CSC de US\$ 145 por tonelada de CO₂, no chamado cenário central.

DANOS EVITADOS

Bráulio Borges utilizou os dados de área que deixou de ser desmatada e CSC para estimar que a floresta em pé gerou R\$ 1,16 trilhão em valor econômico dos danos climáticos globais que teriam sido evitados.

Uma estimativa mais conservadora aponta que esse benefício seria de R\$ 621 bilhão, enquanto o cenário mais otimista leva a cifra a R\$ 9,8 trilhões.

Trazendo os números para o Brasil, o estudo projeta benefícios de R\$ 67 bilhões a R\$ 192 bilhões.

"Em ambos os casos, trata-se de um benefício que se materializa majoritariamente sob a forma de danos evitados, menos perdas de safras, menor estresse térmico sobre a produtividade do trabalho, menos eventos extremos, entre outros", descreve o economista.

RIOS VOADORES

O pesquisador acrescenta que a estimativa não incorpora os efeitos diretos e regionais que o desmatamento da Amazônia exerce sobre o regime de chuvas, a temperatura e a disponibilidade de água no território brasileiro.

O analista contextualiza que a economia brasileira tem "enorme dependência" do insumo água/chuvas para geração hidrelétrica, agropecuária, abastecimento urbano etc.

Ele se utiliza de diversos estudos para assinalar valores aos chamados "rios voadores", as correntes de umidade que, alimentadas pela evapotranspiração da floresta, transportam vapor d'água para o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul do país".

Há pesquisas, cita o estudo, que fazem relação entre aumento de desmatamento e diminuição de chuvas proporcionadas pelos rios voadores.

"Valorando essa água pelo preço da água utilizada para irrigação na agricultura, os autores estimam que a chuva gerada pela Amazônia brasileira vale cerca de US\$ 20 bilhões por ano, ou aproximadamente US\$ 60 por hectare de floresta ao ano", conclui Borges.

"A redução dos desmatamentos não é incompatível com a expansão da produção agropecuária, até porque, o próprio agronegócio é um dos principais beneficiários da chuva gerada pela floresta", observa.

Borges ressalta que, diferente-

mente das emissões de GEE evitadas, o ganho capturado pelos rios voadores é constante, se repete indefinidamente enquanto a floresta permanecer em pé.

O economista pondera que os benefícios são ainda maiores, uma vez que não entram no cálculo os ganhos para a geração hidrelétrica, a navegação fluvial, a redução dos incêndios, a biodiversidade e o abastecimento urbano.

"O Sistema Cantareira, em São Paulo, está na rota dos rios voadores", lembra.

SEM REMUNERAÇÃO

Bráulio Borges conclui que os benefícios globais gerados pelo fato de as florestas permanecerem em pé no Brasil são maiores que a remuneração que o país recebe de entidades internacionais e outros países.

Segundo ele, mecanismos como o Fundo Amazônia (que recebe doações de dentro e de fora do país), o mercado de crédito de carbono (compensação financeira para quem não emite ou captura GEE) e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), lançado pelo Brasil na COP30, em Belém, no ano passado, vão na direção correta de monetizar a floresta em pé.

"Mas os valores envolvidos ainda são uma fração muito pequena dos ganhos estimados aqui", pondera.

SUGESTÃO

O economista sugere que formuladores de políticas públicas passem a incorporar explicitamente o conceito de Custo Social do Carbono nas análises de custo-benefício de políticas.

"Isso vale para obras de infraestrutura na Amazônia, para o planejamento da expansão do setor elétrico e para a calibração de tributos e subsídios. Sem isso, continuaremos tomando decisões com base em uma contabilidade que enxerga apenas meta-de do balanço", diz.

CRIME ORGANIZADO

AGU busca recuperar R\$ 190 mi de membros do PCC e do CV

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou quatro ações civis, ontem, para recuperar bens, no valor de R\$ 190,3 milhões, de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho.

As ações são baseadas na nova lei 15.358 de 2026 (Lei Antifacção), que permite o perdimento civil de bens de origem ilícita independentemente de condenação criminal prévia.

"A iniciativa representa uma nova frente de atuação do Governo brasileiro no combate ao crime organizado, com o objetivo de identificar, bloquear e recuperar patrimônio de origem ilícita.", destacou o governo federal, em nota.

Três das ações envolvem 87 réus e estão relacionadas a investigações sobre organizações criminosas vinculadas ao (PCC), especialmente em esquemas de contrabando de cigarros paraguaios e agrotóxicos proibidos. As investigações ocorreram no âmbito das operações Marola, Delivery e Contaminatus.

A quarta ação decorre da Operação Hinterland e busca recuperar patrimônio rela-

cionado ao tráfico internacional de cocaína para a Europa e à lavagem de capitais. As investigações identificaram movimentações financeiras vultosas além da comercialização de aeronaves, veículos de luxo, empresas e pedras preciosas.

"A estratégia da AGU busca ultrapassar a responsabilização individual dos autores dos crimes, alcançando também financiadores, beneficiários econômicos, empresas de fachada, familiares e terceiros utilizados para ocultar patrimônio ilícito. Para isso, a AGU atua no rastreamento de ativos, na identificação dos verdadeiros beneficiários dos bens", destacou o governo, em nota.

As ações foram propostas pela Procuradoria-Geral da União (PGU/AGU) em varas da Justiça Federal nos estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os recursos e os bens recuperados ou confiscados das organizações criminosas serão investidos principalmente no fortalecimento do aparato de segurança pública por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública ou dos fundos de segurança pública estaduais.

MARANHÃO

Lula visita Sarney em São Luís e tem conversa breve com ex-presidente

FABRÍCIA BRAGA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitou o ex-presidente José Sarney ontem, em São Luís, no Maranhão. A conversa durou cerca de 20 minutos e ocorreu na residência de Sarney. O encontro aconteceu após Lula participar de um ato de campanha na cidade.

Depois da visita, Lula seguiu para o Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, de onde embarcou para a Bahia, dando continuidade à agenda eleitoral. O encontro ocorreu a cinco dias do segundo turno da

eleição presidencial, marcado para domingo.

A visita aconteceu poucos dias depois de Sarney, de 96 anos, receber alta hospitalar. O ex-presidente deixou o UDI Hospital, em São Luís, na manhã do último sábado, 17, após permanecer internado desde o dia 9 de outubro.

Durante a internação, Sarney foi submetido a uma cirurgia para tratar uma obstrução intestinal. Em boletim médico, o hospital informou que ele apresentou "evolução clínica satisfatória" e que deverá dar continuidade ao acompanhamento de saúde por meio de consultas ambulatoriais.

TV GLOBO

Lula: se Flávio mostrar documento de quebra de sigilo, vai ter debate

GEOVANI BUCCI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, afirmou ontem, que o adversário no segundo turno, Flávio Bolsonaro (PL), só poderá participar do debate da TV Globo se apresentar um documento autorizando a quebra de seus sigilos. Ao cobrar a medida, o petista chamou o senador de "ladrão".

"Se ele apresentar um documento autorizando quebrar o sigilo vai ter debate, porque senão ele não pode ir ao debate. Porque um presidente da República não pode debater com ladrão", declarou. Lula discursou em um ato de campanha que reuniu apoiadores na ponte sobre o Rio São Francisco, entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Participaram da agenda o governador reeleito da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), e o senador eleito pela Ba-

hia Rui Costa (PT).

A declaração ocorreu após a campanha do presidente protocolar nesta terça-feira, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma autorização para a divulgação dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Lula e de seus familiares. O documento condiciona a liberação das informações à concordância de Flávio em fazer o mesmo em relação a si próprio e à sua família.

A autorização abrange os últimos oito anos e prevê a publicação dos dados no sistema DivulgaCandContas, do TSE, ou em outro site de acesso público. A petição contém uma declaração formal do presidente, ainda sem as informações bancárias, fiscais e telefônicas.

No caso de Lula, a medida alcançaria também a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Jangama, e seus cinco filhos. Em relação a Flávio, o desafio inclui a esposa, Fernanda Bolsonaro, os pais, Jair e Rogéria Bolsonaro.

Nota

NUNES MARQUES: TSE NÃO TEM NENHUMA PARTICIPAÇÃO NA ALTERAÇÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, reforçou ontem, que a Corte "não tem nenhuma participação na alteração de endereço de local de votação". Ele se manifestou na abertura da sessão plenária do TSE após a repercussão sobre as mudanças nos locais de 453 seções eleitorais entre o primeiro e o segundo turno. "O TSE não solicita, ele não autoriza, não há nenhum tipo de

chancelamento", disse o ministro. Ele afirmou que a Corte está em contato permanente com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que são os responsáveis pelas alterações dos locais de votação. "As demandas partem dos cartórios eleitorais para os TREs, e geralmente essas mudanças são em razão de intempéries climáticas, acontecem muito principalmente agora no Sul do país, em razão da estrutura dos prédios, qualquer rachadura, qualquer risco de desabamento em teto. Isso é repassado para o TREs, e o TRE avalia e tenta buscar um local seguro e bem próximo do local anterior de votação", explicou.

CRISE DIPLOMÁTICA

Coreia do Sul retirará funcionários da embaixada na Ucrânia

A Coreia do Sul anunciou ontem, que retirará parte dos funcionários de sua embaixada em Kiev, em meio a uma disputa diplomática com a Ucrânia pela divulgação da transferência de dois prisioneiros de guerra norte-coreanos. Seul afirma que a operação deveria ter sido mantida em sigilo.

O impasse começou após o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, revelar a transferência durante discurso na ONU, em 23 de setembro.

O governo sul-coreano acusa Kiev de descumprir um acordo de confidencialidade, cuja existência é negada pela Ucrânia. Em protesto, Seul já havia convocado seu embaixador de volta ao país no início de outubro.

O porta-voz da diplomacia sul-coreana, Park Doosoon, atribuiu a nova medida à "falta de medidas construtivas" de Kiev para atender às reclamações de Seul e às preocupações com a segurança diante da intensificação dos ataques russos. Ele não informou quantos funcionários serão re-

tirados nem quando. O encaregado de negócios e a equipe essencial permanecerão na capital ucraniana.

"Nosso objetivo é buscar uma solução amigável por meio de consultas estreitas com o lado ucraniano", afirmou Park, acrescentando que cabe agora a Kiev responder às solicitações. A Ucrânia declarou anteriormente estar aberta ao diálogo e defendeu que "a diplomacia deve prevalecer sobre as emoções".

Os dois militares estavam entre os milhares de soldados norte-coreanos enviados para apoiar a Rússia na guerra. Capturados no início de 2025, disseram desejar viver na Coreia do Sul por temer perseguição se retornassem ao Norte.

Segundo Seul, o sigilo buscava proteger os prisioneiros e seus familiares na Coreia do Norte. Analistas avaliam, porém, que a divulgação também poderia prejudicar os esforços do presidente sul-coreano, Lee Jae Myung, para reaproximar-se de Pyongyang. A Coreia do Norte não comentou a transferência.

PESQUISA

Aprovação de Trump cai para 31% e atinge menor nível histórico

GEOVANNA HORA/AE

A aprovação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, atingiu o menor nível histórico, segundo uma pesquisa *Reuters/Ipsos* divulgada na segunda-feira.

O levantamento apontou que 31% dos americanos aprovam o desempenho de Trump no cargo, o nível mais baixo já registrado em qualquer um de seus dois mandatos. A desaprovação está em 66% Nas duas pesquisas anteriores, publicadas em 20 de setembro e 5 de outubro, Trump havia registrado 32% de aprovação.

A *Reuters* indicou que a popularidade do presidente está em queda desde o início da guerra contra o Irã, no fim de fevereiro. O conflito provocou uma disparada nos preços da gasolina e pressionou o orçamento das famílias.

No início de seu segundo mandato, Trump tinha 47% de aprovação, segundo levantamento divulgado em 21 de janeiro de 2025. A última pesquisa antes do início do conflito no Oriente Médio, divulgado em 23 de fevereiro, mostrou que o republicano era aprovado por 40% dos americanos. Desde então, o índice de aprovação recuou nove

pontos percentuais.

O levantamento divulgado na segunda-feira também questionou os eleitores sobre em qual partido votariam se as eleições legislativas fossem realizadas hoje.

Segundo a *Reuters*, 47% dos americanos afirmaram que votariam nos democratas e 35% nos republicanos. A agência apontou que a vantagem de 12 pontos percentuais foi a maior registrada pelo Partido Democrata no atual ciclo eleitoral.

As eleições legislativas estão marcadas para 3 de novembro. Recentemente, Trump fez algumas promessas condicionadas à vitória do Partido Republicano, incluindo o pagamento de um dividendo de US\$ 5 mil para cada adulto americano.

O levantamento também mostrou que 66% dos americanos desaprovam a maneira como Trump conduz a economia, incluindo 37% dos entrevistados que se identificam como republicanos.

Realizada entre sexta-feir, e segunda-feira, a pesquisa ouviu 1.679 adultos. A margem de erro é de 2,4 pontos percentuais para o conjunto dos entrevistados, com um nível de confiança de 95%.

Nota

PRÍNCIPE HARRY DIZ QUE QUER SE RECONCILIAR COM A FAMÍLIA REAL

O príncipe Harry afirmou, em entrevista à revista GQ, que espera se reconciliar com o pai, o rei Charles III, e o restante da família real britânica, com quem se desentendeu quando se mudou para os Estados Unidos. "Com tudo o que está acontecendo no mundo, o mais importante é a reconciliação. Há desentendimentos entre irmãos, há relações rompidas entre filhos e pais, filhos e um dos pais... Algumas pessoas não querem que isso dê certo. Eu quero que dê certo. Para mim, já existe drama suficiente no mundo e drama suficiente na vida das pessoas para continuarmos com problemas familiares. Não vale a pena", declarou. A manifestação pública ocorre em meio a um prolongado distanciamento institucional e pessoal que tem marcado a relação entre o duque de Sussex e os demais membros da realza nos últimos seis anos. O relacionamento entre o duque de Sussex e o Palácio de Buckingham tem sido pontuado por turbulências e declarações públicas de parte a parte. A publicação da biografia de Harry e o lan ções audiovisuais detalhando os bastidores da vida na realeza aprofundaram o fosso entre o príncipe, seu pai, o rei Charles III, e seu irmão, o príncipe William. Após a entrevista, um porta-voz de Harry afirmou que a declaração "não teve absolutamente nenhuma intenção de ser uma crítica ao seu irmão ou a qualquer outro membro da família".

MILÃO

Itália aprova medidas mais duras para reprimir protestos

A Itália anunciou ontem, novas medidas de segurança destinadas a combater protestos violentos como os que causaram danos ao distrito comercial central de Milão. No fim de semana, manifestantes saquearam lojas e incendiaram propriedades na cidade.

Um decreto do governo prevê o envio de mais 500 soldados para Milão até o final do ano, obriga os pais a arcarem com os custos dos danos causados por menores de idade e facilita o processo judicial contra adolescentes com mais de 14 anos.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, dis-

se que a presença de tantos jovens manifestantes violentos era "dolorosa e assustadora".

"Os jovens... foram à praça para quebrar coisas, roubar e se filmar fazendo isso", disse Meloni. "Este é um fenômeno que devemos abordar com seriedade, também para evitar que essas imagens se tornem um modelo a ser imitado por outros."

O decreto também cria um novo crime de participação violenta em manifestação, punível com até cinco anos de prisão e multa de até 20 mil euros. As penas aumentam se os infratores cobrirem o rosto ou se alguém ficar ferido.

Os manifestantes serão responsáveis pelo pagamento dos

danos materiais, sendo os pais responsáveis pelos danos causados por menores de idade, disse Meloni.

O decreto, que deve ser convertido em lei pelo Parlamento no prazo de 60 dias, também presume automaticamente que qualquer pessoa com mais de 14 anos é capaz de compreender suas próprias ações, a menos que se prove o contrário. Até agora, cabia a um juiz determinar isso.

Meloni também afirmou que o governo aumentaria o número de vagas nos centros de detenção e de juízes no sistema de justiça juvenil.

A polícia utilizou canhões de água e gás lacrimogêneo para

dispersar manifestantes, muitos com o rosto coberto, que entraram em confronto com as forças de segurança, saquearam lojas e incendiaram propriedades no centro de Milão no sábado passado. Os saques e a violência continuaram no domingo, com as autoridades informando que mais de 100 policiais ficaram feridos nos dois dias.

A polícia de Milão informou que 2 mil jovens participaram dos distúrbios na noite de sábado, incluindo uma grande presença de italianos naturalizados, filhos de pais estrangeiros, bem como de cidadãos estrangeiros. Das cerca de 50 pessoas presas no fim de semana, mais de 30 são menores de idade.

CANADÁ

Governo e gestão provincial avaliam os impactos da votação em Alberta

Um dia após os eleitores de Alberta, no oeste do Canadá, rejeitarem a proposta de realizar um referendo sobre a separação da província, os movimentos separatistas, o governo federal e a gestão provincial avaliam os impactos da votação.

Com mais de 1,8 milhão de votos contabilizados e resultados divulgados em 84% das áreas e locais de votação até às 11h (no horário local) desta terça-feira, os números não oficiais divulgados pela Eleições Alberta, órgão eleitoral da província, mostram que mais de 1,4 milhão de albertanos - cerca de 75% dos votos válidos - foram contrários à possibilidade do governo provincial iniciar os trâmites legais necessários para uma futura votação sobre a separação do Canadá. Os resultados oficiais só serão divulgados em 29 de outubro.

Os separatistas viram um lado positivo na votação. O advo-

gado Keith Wilson, um dos líderes do grupo independentista Let Alberta Decide, afirmou que "é justo dizer que pelo menos um quarto dos habitantes de Alberta sente que a província precisa ser tratada melhor".

Alberta é um reduto conservador, mas o ressentimento profundo em relação ao governo federal não se traduziu em apoio generalizado à independência. Os líderes separatistas, porém, consideram que transformaram uma causa marginal em um movimento que não desaparecerá.

Segundo o ex-premiê de Alberta Jason Kenney, os partidos separatistas costumavam conquistar apenas 1% ou 2% dos votos. Para ele, a insatisfação com as restrições impostas durante a pandemia de Covid-19 ajudou a mobilizar ativistas que posteriormente aderiram ao movimento separatista.

Em um encontro de separatistas em um restaurante de Ed-

monton na noite de segunda-feira, a multidão ficou em silêncio à medida que os resultados eram divulgados.

"Não vamos a lugar nenhum", afirmou o advogado Jeff Rath, do Projeto Prosperidade de Alberta (APP, na sigla em inglês). "Dominamos o debate no último ano. Temos informado os habitantes de Alberta sobre os benefícios da independência e vamos continuar avançando."

Antes da divulgação dos resultados, Rath havia dito que ficaria muito satisfeito se a proposta obtivesse 30% de apoio. Ele quer que a primeira-ministra de Alberta, Danielle Smith, seja destituída da liderança do Partido Conservador Unido e afirmou que a legenda pode se fragmentar, potencialmente dando origem a um novo partido favorável à independência.

Após a votação, o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, afirmou que os cerca de

25% dos eleitores que apoiaram a proposta não devem necessariamente ser vistos como defensores da independência.

Segundo ele, como a votação definia apenas se deveria ser realizado outro referendo sobre a separação, alguns albertanos aproveitaram a oportunidade para expressar insatisfação com o governo federal.

"O resultado é absolutamente claro. Há uma ampla maioria a favor de permanecer no Canadá. E agora é o momento de trabalharmos juntos por todos os habitantes de Alberta e por todos os canadenses", disse Carney a jornalistas antes de uma reunião de gabinete em Ottawa.

Os resultados da eleição representam um impulso para a iniciativa de Carney de promover a unidade nacional, em meio à guerra comercial com os Estados Unidos e às ameaças de anexação do presidente americano, Donald Trump.

PRESSÃO

Ucrânia e Zelensky precisam encerrar guerra contra a Rússia, diz Trump

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que a Ucrânia precisa demonstrar disposição para encerrar a guerra e defendeu que o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, feche um acordo para pôr fim ao conflito.

"Os russos simplesmente continuam avançando: tomaram uma parte muito grande de território. Você pode dizer que a

Ucrânia está indo bem ou mal, mas o território vai ficando cada vez maior o tempo todo, semana após semana", disse Trump no Salão Oval, após anunciar um programa de denúncias de fraudes.

Trump disse acreditar que Moscou estaria inclinada a concluir as negociações depois das últimas conversas com Kiev. "A Ucrânia tem que querer encerrar esta guerra. Zelensky tem que querer encerrar esta guerra.

E, se ele não quiser, acho que isso vai ser algo muito ruim", afirmou.

Ele voltou a criticar o volume de recursos destinados ao país, ao dizer que Washington e a Europa gastaram uma "fortuna" com o conflito. "Nós demos quantias enormes à Ucrânia. Não recebemos nada em troca, além de diesel caro", acrescentou.

Ao abordar o Irã, Trump disse que as tratativas estariam

avançadas e que falta apenas uma decisão de Washington sobre a estratégia. "De que forma queremos vencer? Queremos vencer do jeito bonzinho ou do jeito não bonzinho?", declarou.

Na agenda doméstica, o republicano afirmou esperar uma aceleração da economia americana em 2026 e disse acreditar que o crescimento deve ganhar ainda mais força até o fim deste ano.

PARLAMENTO

Takaichi cita maquiagem e tarefas domésticas para justificar ausência

A primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, gerou uma onda de debates sobre igualdade de gênero e rotina de trabalho no país ao declarar no Parlamento que gasta de três a quatro horas a mais por dia do que seus antecessores homens para se preparar. A justificativa apontada por Takaichi inclui a necessidade de se maquiarem e cumprir tarefas domésticas antes dos compromissos oficiais.

Durante uma sessão, Takaichi relatou em detalhes a sua rotina diária ao ser confrontada por um parlamentar sobre o pouco tempo que vem passando no local.

"De manhã, tomo banho, preparo o café da manhã, lavo a louça e depois me maquio", afirmou a premiê. "Sinto que gasto de três a quatro horas a mais do que os primeiros-ministros homens fazendo essas coisas."

As falas da chefe de Governo repercutiram entre ativistas, parlamentares da oposição e juristas no Japão. Opositores e ativistas feministas expressaram preocupação de que a fala reforça papéis tradicionais de gênero, sugerindo que cabe prioritariamente à mulher a responsabilidade pelas tarefas da casa, mesmo quando ocupa o cargo mais alto do Poder Executivo.

"Gosto muito de ler essas pi-

lhas de documentos que trouxe para casa à meia-noite, mas é difícil para mim encontrar tempo para me concentrar e pensar com clareza", disse a premiê.

A controvérsia trouxe à tona dados sobre a divisão do trabalho doméstico na sociedade japonesa. Mesmo em lares onde ambos os cônjuges possuem emprego em tempo integral, as mulheres ainda assumem mais de 70% das tarefas do lar.